
NOR - PRO - 201-PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS

1. OBJETIVO

- 1.1. Estabelecer normas e procedimentos para aplicação de penalidades aos contratados.

2. AMPLITUDE

- 2.1. No âmbito da Administração Direta e Indireta. (Art. 1º e § 1º do art. 1º do RGCAF)

3. DIRETRIZES

3.1. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- A Administração poderá, garantida a defesa prévia, impor aos contratados as sanções de (art. 589 RGCAF):
 - Advertência; (Inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e Inciso I do art. 589 do RGCAF)
 - Multa moratória de 1% (um por cento) por dia útil; (Inciso II, do art. 589 do RGCAF)
 - Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou da nota de empenho; (Inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e Inciso III, do art. 589 do RGCAF)
 - Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração; (Inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e Inciso IV do art. 589 do RGCAF)
 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração. (Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e Inciso V do art. 589 do RGCAF)
- Os atos de aplicação de sanções, devidamente motivados e obrigatoriamente publicados no Diário Oficial, são de competência das autoridades nominadas no § 1º do art. 397 (art. 590 do RGCAF).
- Nos casos de obras e serviços de engenharia as penalidades de advertência e multa são de competência do fiscal, que promoverá as necessárias medidas para a sua efetivação, obedecidas as disposições do art. 493 e seu parágrafo único do RGCAF, conforme § 1º do art. 590 do RGCAF.
- As sanções previstas no item anterior podem cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato, conforme § 2º do Art. 87 da

NOR - PRO - 201-PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS

Lei nº 8.666/93 e § 3º do art. 589 do RGCAF. (Parágrafo Único do art. 361 do CAF)

- Devem ser observados, quando da aplicação das sanções, no que couber, os artigos da Seção I (Das Sanções) do Capítulo IV do Título XV do RGCAF. (Art. 589 a 597 do RGCAF)
- Quando houver registro de quatro multas em um processo instrutivo, num período de cento e oitenta dias, o SIGMA enviará mensagem alertando quanto à possibilidade de rescisão unilateral. (§ 8º do art. 595 do RGCAF, alterado pelo Decreto nº 27.961/07 e Portaria A/CSIL nº 25, de 16/01/07, item 9.1.1)
- Através do site e-Licitações poderá ser efetuada consulta à situação das empresas fornecedoras do Município.
- As empresas fornecedoras de gêneros alimentícios destinados ao Programa de Alimentação Escolar, que deixarem de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações pactuadas nos contratos firmados com o Município, incorrerão em pena de multa cujo percentual deverá ser fixado em, no mínimo, 15% (quinze por cento), conforme regulamentação a ser editada pela Secretaria Municipal de Educação - SME. (Art. 1º do Decreto nº 30.862, de 02/07/09)

3.2. RECURSO

- Nos casos de deferimento total ou parcial do recurso, a autoridade contratante deverá submeter à aprovação da Comissão de Programação e Controle de Despesa - CODESP. (§ 2º do art. 12 do Decreto nº 34.012, de 20/06/11)

3.3. PUBLICAÇÃO

- A Secretaria Municipal de Administração irá publicar relação das empresas que foram multadas, impedidas, suspensas e consideradas inidôneas.
- É necessária a publicação dos seguintes atos no D. O. Rio: (Art. 590 do RGCAF e art. 1º do Decreto nº 11.269/92)
 - Recolhimento da multa pelo contratado;
 - Desconto da multa do valor da fatura;
 - Deferimento do recurso do contratado;
 - Término da declaração de inidoneidade (base Lei nº 8.666/93).

NOR - PRO - 201-PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS

- A publicação referida no item anterior deve conter os mesmos elementos da publicação da aplicação da multa.

3.4. CADASTRAMENTO NO SIGMA E FINCON

- As Diretorias de Administração e os Órgãos equivalentes da Administração Direta, Indireta e Fundacional devem, na data da publicação do ato, cadastrar no Sistema de Informações Gerenciais de Material – SIGMA os dados relativos às sanções aplicadas aos licitantes, contratados e convenientes em consequência de inadimplência aos termos assumidos em licitação, contrato ou convênio com o Município (Art. 1º da Resolução Conjunta SMA/CGM nº 097, de 15/01/07).
 - O cadastramento no SIGMA e a publicação em Diário Oficial devem obedecer ao §§ 1º e 2º do art. 1º da Resolução Conjunta SMA/CGM nº 097, de 15/01/07.
 - A exclusão no Sistema SIGMA da sanção ao licitante ou contratado ou conveniente deve ser efetuada pelas Diretorias de Administração ou pelos Órgãos equivalentes da Administração Direta, Indireta e Fundacional quando cessarem os motivos da inidoneidade, quando do conhecimento da quitação ou baixa por decisão administrativa ou judicial, no caso de multa, e, automaticamente, quando do término do prazo da suspensão ou inidoneidade (Art. 2º da Resolução Conjunta SMA/CGM nº 097, de 15/01/07).
 - Os pagamentos relativos estritamente ao contrato ou convênio descumprido, independente de ter sido formalizado o respectivo termo contratual ou de convênio, ficarão bloqueados até a baixa da(s) multa(s) existente(s) (Art. 4º da Resolução Conjunta SMA/CGM nº 097, de 15/01/07).
- As pessoas físicas e jurídicas declaradas inidôneas ou suspensas do Cadastro de Fornecedores da Secretaria Municipal de Administração serão bloqueadas no Sistema FINCON, ficando impedidas de licitar, contratar e celebrar convênios com esta Administração, e somente serão desbloqueadas após a suspensão ou baixa das referidas sanções no Sistema SIGMA (Art. 5º da Resolução Conjunta SMA/CGM nº 097, de 15/01/07).
 - Nos casos de suspensão até 2 anos (art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93) ou inidoneidade até 1825 dias (no caso de Pregão, Lei nº 10.520/02), o SIGMA retirará a referida sanção automaticamente. (Item 10 da Instrução Normativa A/CSIL/CNA nº 002, de 15/01/2007)
 - Cabe à SMA, através da Coordenadoria de Normas de Aquisição, a alimentação diária da base de dados do FINCON com as informações

NOR - PRO - 201-PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS

relativas às multas aplicadas. (Parágrafo único do art. 3º da Resolução Conjunta SMA/CGM nº 097, de 15/01/07)

3.5. DÍVIDA ATIVA

- As Secretarias podem solicitar à Procuradoria da Dívida Ativa - PG / PDA a instalação do Sistema de Dívida Ativa – DAM para o preenchimento da Nota de Débito.

NOR - PRO - 201 PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS

5. PROCEDIMENTOS

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

- 4.1. Recebe o processo de liquidação da despesa, conforme o item 4.11 da NOR-PRO 104.
- 4.2. Calcula o valor da multa, se for o caso.
- 4.3. Providencia a publicação da convocação do contratado, no D.O. Rio, para apresentar a defesa prévia.
 - 4.3.1. Caso o contratado apresente a defesa prévia, junta-a ao processo. (Art. 87 da Lei nº 8.666/93)
- 4.4. Envia o processo ao Ordenador da Despesa. (Art. 590 do RGCAF)

ORDENADOR DA DESPESA

- 4.5. Avalia o cabimento da penalidade e a defesa prévia, se houver. (Art. 590 do RGCAF)
- 4.6. Elabora despacho autorizando a cobrança da multa. (Art. 590 do RGCAF)
 - 4.6.1. Caso não seja aplicada a penalidade, elabora despacho e envia o processo à Diretoria de Administração ou órgão equivalente da Administração Direta e Indireta que procederá conforme a rotina de Liquidação da Despesa, item 4.14 da NOR-PRO 104. (Parágrafo único do art. 592 do RGCAF, art. 367 do CAF)
- 4.7. Envia o processo à Diretoria de Administração ou órgão equivalente da Administração Direta e Indireta. (Art. 590 do RGCAF)

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

- 4.8. Providencia a publicação do ato de aplicação da penalidade no D.O. Rio. (Art. 590 do RGCAF)
- 4.9. Junta a comprovação da publicação ao processo.
- 4.10. Comunica o ato da aplicação da penalidade ao contratado, solicitando, no caso de multa, o seu comparecimento para o recolhimento da mesma.

NOR - PRO - 201 PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS

4.11. Cadastra no Sistema SIGMA os dados referentes à penalidade aplicada. (Art. 1º da Resolução Conjunta SMA/CGM nº 097, de 15/01/07)

4.12. Arquiva o processo temporariamente aguardando o contratado: (Parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 37.337, de 1º/07/13)

4.12.1. Entrar com recurso contra o ato de aplicação da multa (sub-rotina A); (Alínea F, inciso I, art. 109 da Lei nº 8.666/93, art. 598 do RGCAF e art 365 do CAF, § 1º do art. 12 do Decreto nº 34.012/11)

4.12.2. Recolher a multa (sub-rotina B); (Art. 595 do RGCAF)

4.12.3. Solicitar desconto da multa do pagamento da fatura (sub-rotina C); (§ 2º do art. 595 do RGCAF)

4.12.4. Não recolher a multa (sub-rotina D).

COORDENADORIA DE NORMAS DE AQUISIÇÃO DA SMA

4.13. Cadastra no Sistema FINCON os dados referentes à penalidade aplicada, conforme registro no SIGMA. (Art. 3º, parágrafo único da Resolução Conjunta SMA/CGM nº 097/2007 e Manual do FINCON)

A) O CONTRATADO ENTRA COM RECURSO CONTRA O ATO DE APLICAÇÃO DA MULTA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

4.14. Recebe o recurso do contratado contra os atos de aplicação de multa e junta ao processo de liquidação. (Alínea f, inciso I, art. 109 da Lei nº 8.666/93, art. 598 do RGCAF e art 365 do CAF, § 1º do art. 12 do Decreto nº 34.012/11)

4.15. Envia processo ao Ordenador da Despesa. (§ 1º do art. 12 do Decreto nº 34.012, de 20/06/11)

ORDENADOR DA DESPESA

4.16. Decide sobre o recurso do contratado e junta a decisão ao processo. (Art. 598 do RGCAF, art 365 do CAF e § 1º do art. 12 do Decreto nº 34.012, de 20/06/11)

4.17. Caso o recurso do contratado seja indeferido, envia o processo à Diretoria de Administração ou órgão equivalente da Administração Direta e Indireta, segue item 4.30.

NOR - PRO - 201 PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS

4.18. Caso o recurso do contratado seja deferido total ou parcialmente, envia o processo à Comissão de Programação e Controle da Despesa – CODESP para aprovação. (Art. 601 do RGCAF, e §2º do art. 12 do Decreto nº 34.012, de 20/06/11)

COMISSÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DA DESPESA - CODESP

4.19. Emite parecer aprovando ou não a decisão do Ordenador da Despesa, juntando-o ao processo. (§ 2º do art. 12 do Decreto nº 34.012, de 20/06/11)

4.20. Envia processo ao Ordenador da Despesa.

ORDENADOR DA DESPESA

4.21. Toma conhecimento da decisão da CODESP.

4.22. Se a CODESP confirmar a decisão do Ordenador da Despesa relativa ao cancelamento da multa envia o processo à Diretoria de Administração ou órgão equivalente da Administração Direta e Indireta segue item 4.24.

4.22.1. No caso da CODESP discordar da decisão do Ordenador da Despesa, indeferindo o recurso e mantendo a multa, envia o processo à Diretoria de Administração ou órgão equivalente da Administração Direta e Indireta, segue item 4.29.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

4.23. Providencia a publicação da decisão do Ordenador da Despesa, retirando a penalidade aplicada. (Art. 1º do Decreto 11.269/92)

4.24. Junta a comprovação da publicação ao processo.

4.25. Baixa a multa aplicada ao contratado no Sistema SIGMA. (Art. 2º da Resolução Conjunta SMA/CGM nº 097, de 15/01/07)

4.26. Convoca o contratado para dar ciência do deferimento do recurso.

4.27. Procede conforme a rotina de Liquidação da Despesa, item 4.14 da NOR-PRO 104.

COORDENADORIA DE NORMAS DE AQUISIÇÃO DA SMA

4.28. Conforme registro no SIGMA, retira do FINCON o registro da multa baixada. (Art. 3º, parágrafo único da Resolução Conjunta SMA/CGM nº 097/2007 e Manual do FINCON)

NOR - PRO - 201 PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

4.29. Providencia a publicação do despacho do Ordenador da Despesa, e aguarda o contratado recolher a multa (Sub-rotina B) ou solicitar o desconto da fatura (Sub-rotina C). (Art. 590 do RGCAF)

B) O CONTRATADO RECOLHE A MULTA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

4.14. Desarquiva o processo.

4.15. Preenche DARM no valor a ser pago, em 2 vias, e entrega ao contratado para que este providencie o recolhimento. (Art. 595 do RGCAF)

4.16. Recebe do contratado 1 via do DARM pago e verifica a autenticação bancária.

4.17. Junta a via do DARM pago ao processo.

4.18. Providencia a publicação do recolhimento da multa no D.O. Rio. (Art. 1º do Decreto 11.269/92)

4.18.1. No caso de contratado suspenso temporariamente (art. 596 do RGCAF) ou declaração de inidoneidade (art. 597 do RGCAF), providencia também a publicação da retirada desta condição. (Art. 1º do Decreto 11.269/92)

4.19. Junta a comprovação da publicação ao processo.

4.20. Registra a quitação da multa e, se for o caso, cessa os efeitos da suspensão temporária (art. 596 do RGCAF)/inidoneidade (art. 597 do RGCAF) no Sistema SIGMA e procede conforme a rotina de Liquidação da Despesa, item 4.14 da NOR-PRO 104. (Art. 2º da Resolução Conjunta SMA/CGM nº 097, de 15/01/07)

COORDENADORIA DE NORMAS DE AQUISIÇÃO DA SMA

4.21. Conforme registro no SIGMA, retira do FINCON o registro da multa quitada. (Art. 3º, parágrafo único da Resolução Conjunta SMA/CGM nº 097/2007 e Manual do FINCON)

NOR - PRO - 201 PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS

C) O CONTRATADO SOLICITA DESCONTO DA MULTA DO PAGAMENTO DA FATURA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

- 4.14. Recebe autorização por escrito do contratado para desconto da multa do pagamento da fatura. (§2º do art. 595 do RGCAF)
- 4.15. Desarquiva o processo e junta autorização.
- 4.16. Procede conforme a rotina de Liquidação da Despesa, item 4.14 da NOR – PRO 104.
- 4.17. Após o retorno do processo com a despesa liquidada, providencia a publicação do pagamento da multa pelo desconto da fatura. (Art. 1º do Decreto 11.269/92)
- 4.18. Junta a comprovação da publicação ao processo.
- 4.19. Registra a quitação da multa e, se for o caso, cessa os efeitos da suspensão temporária (art. 596 do RGCAF)/inidoneidade (art. 597 do RGCAF) no Sistema SIGMA. (Arts. 596 e 597 do RGCAF e Art. 2º da Resolução Conjunta SMA/CGM nº 097, de 15/01/07)
- 4.20. Arquiva o processo, ficando à disposição dos controles interno e externo. (Parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 37.337, de 1º/07/13)

D) O CONTRATADO NÃO RECOLHE A MULTA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

- 4.14. Desarquiva o processo, depois de decorrido o prazo para o recolhimento da multa. (Art. 596 do RGCAF)
- 4.15. Elabora despacho informando o não recolhimento da multa, juntando-o ao processo. (Art. 596 do RGCAF)
- 4.16. Providencia a publicação da convocação do contratado, no D. O. Rio, para apresentar a defesa prévia. (Art. 87 da Lei nº 8.666/93)
 - 4.16.1. Caso o contratado apresente a defesa prévia, junta-a ao processo.
- 4.17. Envia o processo ao Ordenador da Despesa. (Art. 596 do RGCAF)

NOR - PRO - 201 PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS

ORDENADOR DA DESPESA

- 4.18. Avalia o cabimento da penalidade e a defesa prévia, se houver. (Art. 87 da Lei nº 8.666/93)
- 4.19. Autoriza a suspensão temporária do contratado do direito de licitar, contratar e celebrar convênios com a Administração, nos termos do art. 596 do RGCAF.
- 4.20. Envia o processo à Diretoria de Administração ou órgão equivalente da Administração Direta e Indireta. (Art. 590 do RGCAF)

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

- 4.21. Providencia a publicação da suspensão temporária do direito de licitar, contratar e celebrar convênios, no D.O. Rio, nos termos do art. 596 do RGCAF. (Art. 590 do RGCAF)
- 4.22. Cadastra no Sistema SIGMA a suspensão temporária. (Art. 1º da Resolução Conjunta SMA/CGM nº 097, de 15/01/07)
- 4.23. Junta a comprovação da publicação ao processo.
- 4.24. Se a multa não for paga no prazo de 30 (trinta) dias após a suspensão, providencia a publicação da convocação do contratado, no D. O. Rio, para apresentar a defesa prévia. (Art. 87 da Lei nº 8.666/93)
 - 4.24.1. Caso o contratado apresente a defesa prévia, junta-a ao processo. (Art. 87 da Lei nº 8.666/93)
- 4.25. Envia o processo ao Ordenador da Despesa. (Art. 597 do RGCAF)
 - 4.25.1. Caso o contratado decida recolher a multa, segue a sub-rotina B ou caso opte pelo desconto da multa na fatura, segue a sub-rotina C.

ORDENADOR DA DESPESA

- 4.26. Declara a inidoneidade, nos termos do art. 597 do RGCAF.
- 4.27. Envia o processo à Diretoria de Administração ou órgão equivalente da Administração Direta e Indireta. (Art. 590 do RGCAF)

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

- 4.28. Providencia a publicação da declaração de inidoneidade, no D.O. Rio. (Art. 590 do RGCAF)

NOR - PRO - 201 PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS

- 4.29. Junta a comprovação da publicação ao processo.
- 4.30. Altera a condição da penalidade (de suspensão para inidoneidade) no Sistema SIGMA. (Art. 1º da Resolução Conjunta SMA/CGM nº 097, de 15/01/07)
- 4.31. Preenche Nota de Débito no Sistema da Dívida Ativa Municipal (DAM). (Art. 3º do Decreto nº 8.922/89)
- 4.32. Arquiva temporariamente o processo que ficará à disposição dos controles interno e externo. (Parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 37.337, de 1º/07/13)

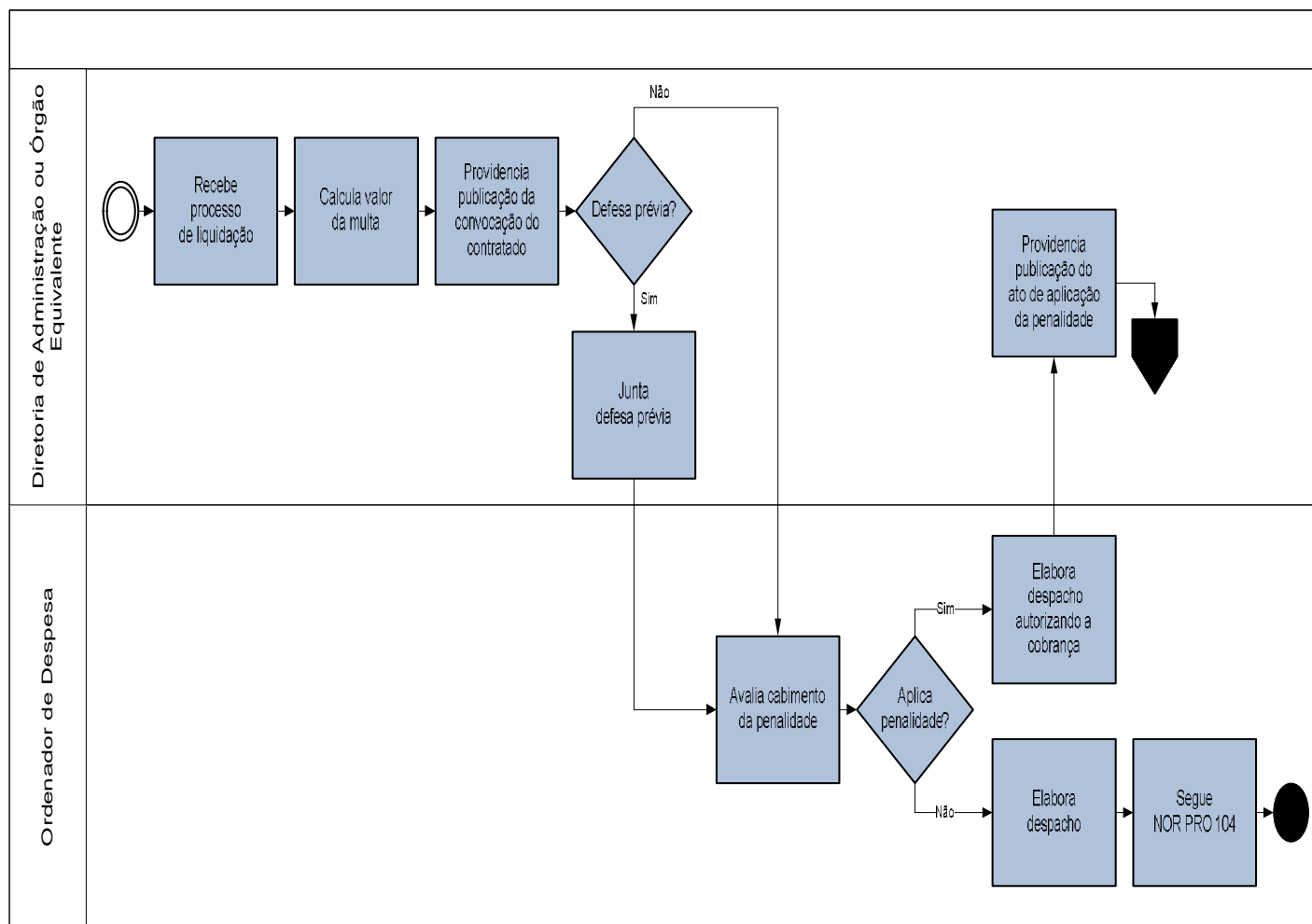
5. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações - Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei Municipal nº 207, de 19/12/80 e suas alterações - Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF;
- Decreto nº 3.221, de 18/09/81, republicado pelo Decreto n.º 15.350, de 06/12/96 e suas alterações - Regulamento Geral do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – RGCAF;
- Decreto nº 8.922, de 10/11/89 – Nota de Débito – SFDAM;
- Decreto nº 11.269, de 19/08/92 – Pagamentos de Multas de Contratos;
- Decreto nº 21.411, de 16/05/02 – Altera os Parágrafos do art. 595 do RGCAF Multas aos Contratados;
- Decreto nº 27.961, de 21/05/07 – Altera o §8º do art. 595 do RGCAF;
- Decreto nº 30.862, de 02/07/09 - Dispõe sobre a aplicação de multa às empresas fornecedoras de gêneros alimentícios para o Programa de Alimentação Escolar - PAE, na forma que menciona;
- Decreto nº 34.012, de 20/06/11 - Consolida os procedimentos para atestação de despesa, aplicação de multas contratuais e dá outras providências;
- Decreto nº 37.337, de 1º/07/13 - Aprova o Regimento Interno da Controladoria Geral do Município e dá outras providências;
- Resolução Conjunta SMA/CGM nº 097, de 15/01/07 – Dispõe sobre o cadastramento das sanções aplicadas aos licitantes, contratados e convenientes no Sistema de Informações Gerenciais de Material – SIGMA e dá outras providências;

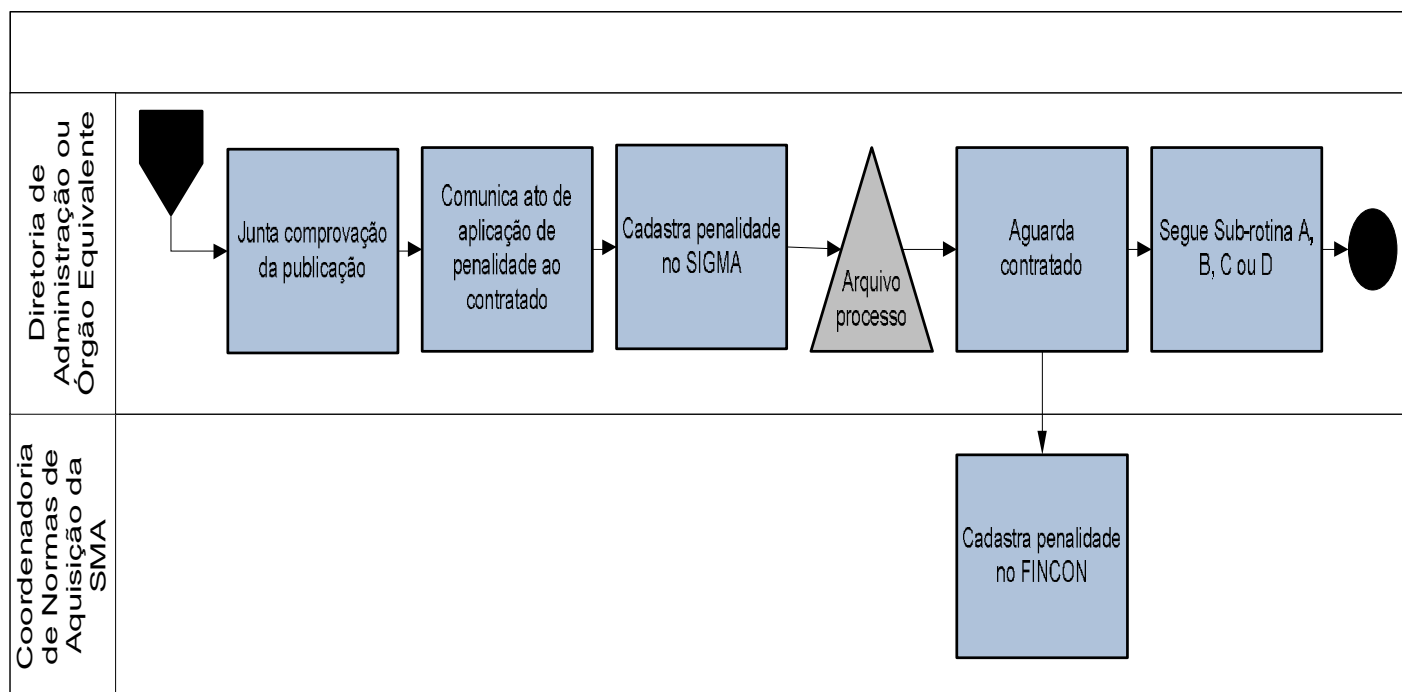
NOR - PRO - 201 PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS

- Portaria A/CSIL nº 25, de 16/01/07 – Institui a Instrução Normativa nº 002 da Coordenadoria de Normas de Aquisição – A/CSIL/CNA – Disciplina a inserção de dados no SIGMA.

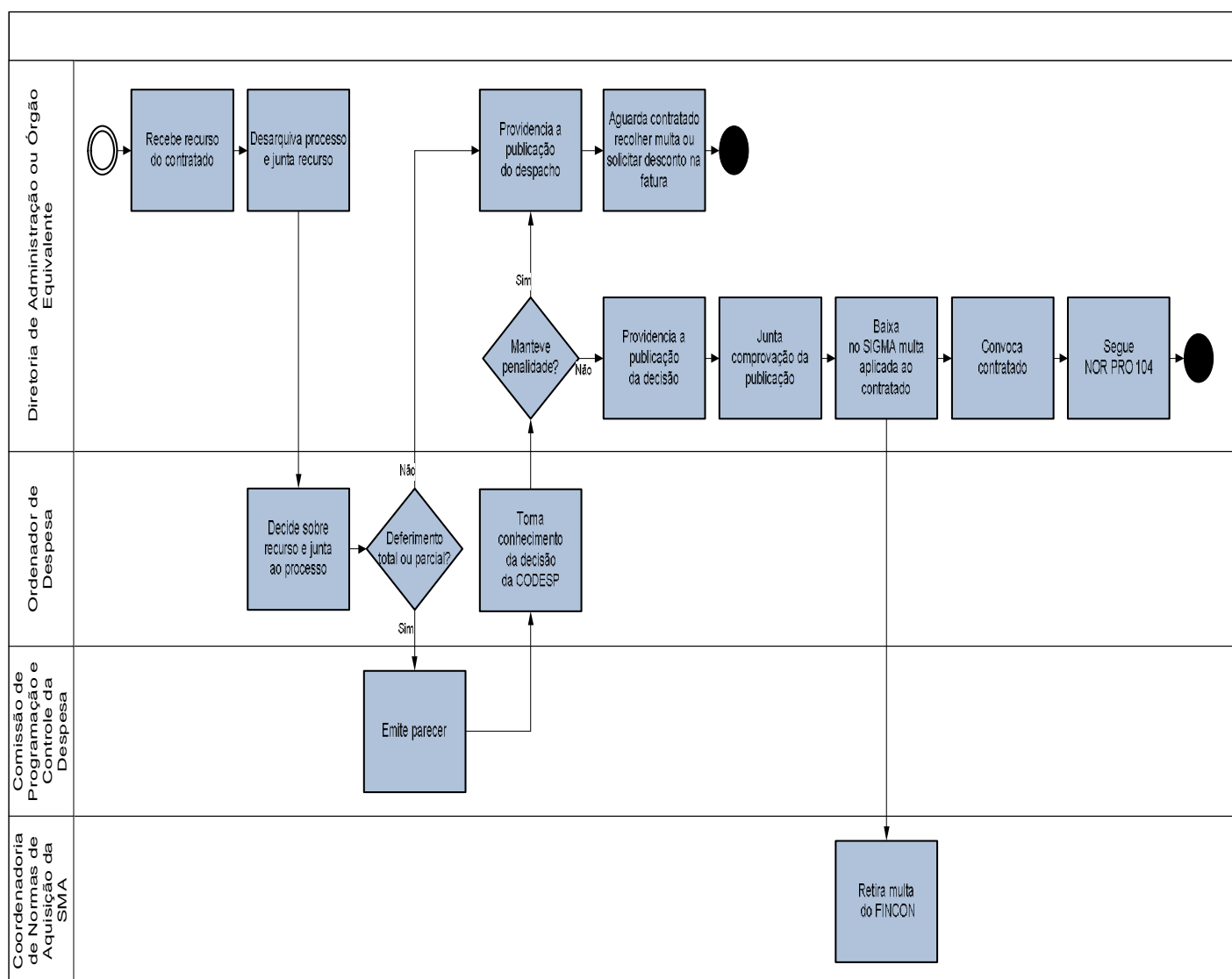
Fluxograma 201 PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS



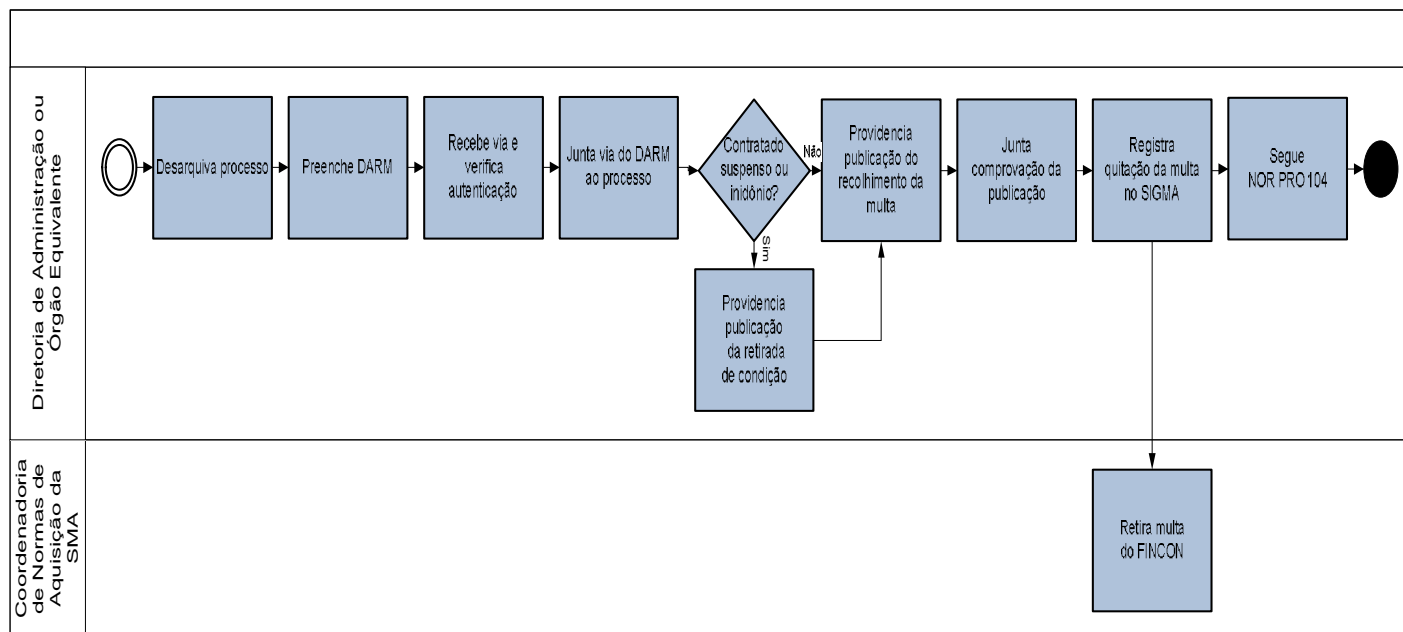
Fluxograma 201 PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS



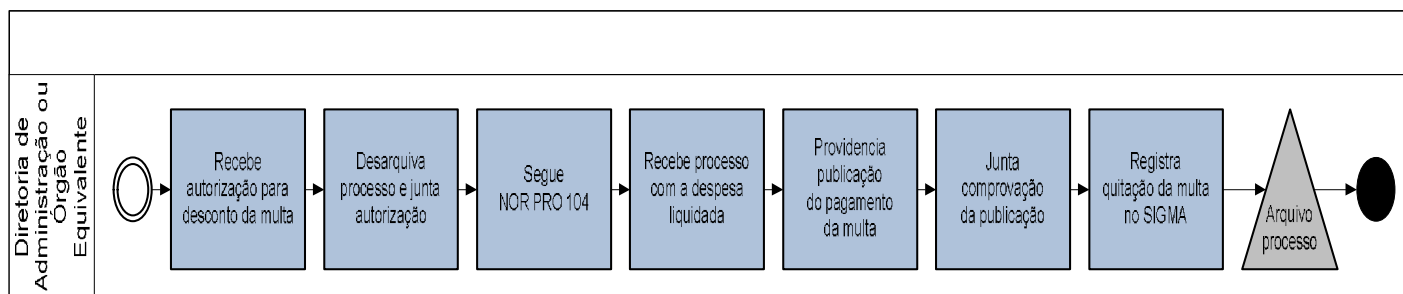
Fluxograma 201 PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS SUB ROTINA A



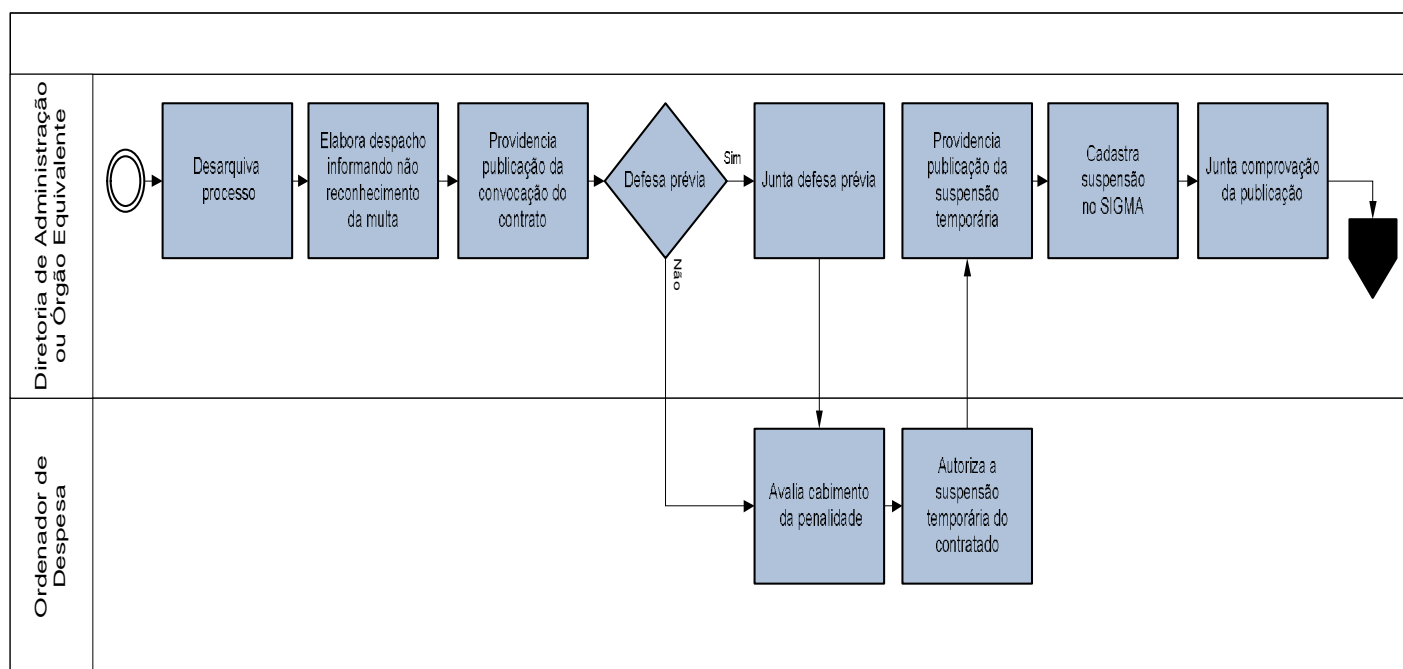
Fluxograma 201 PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS SUB ROTINA B



Fluxograma 201 PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS SUB ROTINA C



Fluxograma 201 PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS SUB ROTINA D



Fluxograma 201 PENALIDADES APLICADAS AOS CONTRATADOS SUB ROTINA D

